

O DÉFICIT HABITACIONAL NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: PERFIS E CONTEXTOS¹

Luiz Antonio Chaves de Farias²

Resumo

O presente trabalho visa usando determinados indicadores de Déficit Habitacional passíveis de serem construídos a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, segundo a escala das Áreas de Ponderação, traçar um perfil de como anda a disponibilidade quantitativa e qualidade de moradia para a população da cidade do Rio de Janeiro, especialmente considerando seus segmentos menos abastados.

Inserir-se na linha de pesquisa “Desigualdade, Migração e Pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)”, em desenvolvimento pelo Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP) do Departamento de Geografia/UFRJ. O uso da escala das Áreas de Ponderação permite uma visão das diferenciações sócio-espaciais intra-urbanas causadas pelo estoque quantitativo e qualitativo desigual das moradias no espaço. Essas diferenciações, por sua vez, são mascaradas em estudos que recorrentemente usam escalas menos desagregadas. Quanto aos aspectos metodológicos, foram utilizadas como variáveis brutas: *densidade morador-dormitório*, *família-ordem*, entre outras; posteriormente mapeadas. Como unidades espaciais analíticas, foram utilizadas: Áreas de Ponderação (APs), menor unidade espacial de análise para divulgação dos resultados da amostra do Censo Demográfico de 2000. Como fontes de dados foram considerados os micro-dados censitários extraídos do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME/IBGE), referentes ao Censo Demográfico de 2000.

Palavras-chave: desigualdade; déficit; habitação

¹ Trabalho apresentado no XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina/ EGAL 2011. San José, Costa Rica (25-29/07/2011).

² Brasileiro, graduando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP) do Departamento de Geografia da UFRJ, sob a coordenação da Prof^a. Olga Maria Schild Becker. E-mail: chaves_luiz1989@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho insere-se na linha de pesquisa “Desigualdade, Migração e Pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP) do Depto de Geografia/UFRJ. Visa produzir um olhar crítico sobre a temática da habitação na cidade do Rio de Janeiro, considerando suas diferenciações sócio-espaciais e contextos metodológicos.

A demanda por moradia no município do Rio de Janeiro mostrou-se relevante quando comparada a outras demandas sociais, com grandes repercussões, pois, quanto à diferenciação sócio-espacial intra-urbana do mesmo, evidenciando a importância de estudos segundo Áreas de Ponderação (IBGE, 2000), proposta deste trabalho. Ao mesmo tempo, constitui-se em significativo indicador de pobreza e desigualdade sócio-espacial, aspectos característicos das realidades metropolitanas brasileiras.

Por quanto, utilizou-se como indicadores de demanda social por habitação intra-urbana, os modelos de Balanço Habitacional; de Déficit por Moradia Deficiente, Conjunta, e Precária; de Adequação de Domicílios; e de Famílias Conviventes com adensamento excessivo no domicílio; que a despeito de suas limitações metodológicas (sub-contagem e sobre-contagem de domicílios), rebatidos no espaço, denunciaram a existência de uma cidade que ainda apresenta grande demanda por habitação, todavia diferenciada de acordo com a zona da cidade considerada.

A unidade espacial de análise, Área de Ponderação (AP), que é a menor unidade de divulgação de resultados da Amostra do Censo Demográfico de 2000, revelou-se uma escala mais adequada à identificação de diferenciações sócio-espaciais de caráter intra-urbano, as quais são comumente mascaradas quando da utilização exclusiva de escalas mais amplas.

Questões

- Qual o perfil espacial assumido pelo déficit habitacional na diferentes sub-áreas (AP's) da cidade do Rio de Janeiro, segundo as diferentes metodologias consideradas no presente trabalho?
- Qual o significado do déficit habitacional na cidade do Rio de Janeiro enquanto expressão da diferenciação sócio-espacial dessa área?

- Qual o papel das Políticas Públicas (Favela-Bairro, PAC, Programas de Habitação Popular, Programas de Regularização Fundiária, etc.) existentes no município do Rio de Janeiro, deflagradas pelas diversas esferas do poder público (município, estado e governo federal), na redução do seu déficit habitacional?

Objetivos

- Identificar a ocorrência de desigualdades sócio-espaciais intra-urbanas a partir do rebatimento no espaço do Déficit Habitacional, segundo os modelos: de Balanço Habitacional; de Déficit por Moradia Deficiente, Conjunta, e Precária; de Adequação de Domicílios; e de Famílias Conviventes com adensamento excessivo no domicílio
- Aferir a atuação do Poder Público através da desigual implementação de seus Projetos Habitacionais nas diferentes áreas da metrópole do Rio de Janeiro.

Aspectos Metodológicos

Unidades Espaciais de Análise: Área de Ponderação (AP) - agrupamento de setores censitários, definida pelo IBGE como a menor unidade para divulgação dos resultados da Amostra do Censo Demográfico de 2000. / Áreas de planejamento (Ap) - zoneamento estabelecido oficialmente pelo poder público municipal.

Unidades de Análise: Domicílio-local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal na data de referência. / Família - nos domicílios particulares, a pessoa que mora sozinha, o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica e as pessoas ligadas por normas de convivência.

Conceitos-chave: Déficit habitacional - necessidade de construção de novas moradias para a resolução de problemas sociais detectados em certo momento e específicos de habitação. / Necessidades habitacionais - reflete o déficit habitacional, as moradias desprovidas de infra-estrutura urbana básica, o adensamento excessivo das mesmas, além do alto grau de comprometimento financeiro dos moradores com o aluguel.

Variáveis: Adequação dos domicílios; Deficiência dos Domicílios; Conjugação dos Domicílios; Improvisação dos Domicílios; Adensamento Excessivo de Famílias e Pessoas nos Domicílios.

Procedimentos: O uso do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME/IBGE) permitiu o acesso aos micro-dados do Censo Demográfico 2000, a partir dos quais foram geradas, no software Excel, matrizes gerais e tabelas obtidas pelo cruzamento das categorias e variáveis em estudo. Foram, a seguir, produzidos mapas temáticos com o uso do software Arc Gis 9.3. O Armazém de Dados do IPP permitiu a busca de aparatos instrumentais (artigos e base cartográficas digitais), que serviram de subsídio para melhor interpretação dos mapas temáticos produzidos.

Identificação da Área de Estudo: O município do Rio de Janeiro, segundo o zoneamento realizado pela prefeitura, pode ser dividido em cinco Áreas de planejamento (Aps). As Aps 1, 2 e 4, correspondentes ao Centro e Zona Sul da cidade, Grande Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, são constituídas de bairros que em sua maioria são reconhecidos pelo seu dinamismo sócio-econômico, como: Copacabana, Tijuca, Barra da Tijuca e etc. Já as Aps 3 e 5, correspondentes as Zonas Norte e Oeste da cidade, são formadas por bairros que em sua grande parte apresentam índices sócio-econômicos mais baixos, como: Jacaré, Inhoaíba, Paciência e etc. Contrapondo a lógica anterior, presentes nos interstícios espaciais menos valorizados tanto do primeiro grupo de Aps quanto do segundo, situam-se as áreas de favelas (aglomerados subnormais na nomenclatura do IBGE).

Mapa 1



Resgatando Algumas Acepções Teórico-conceituais

“Habitação no seu sentido mais geral é sinônimo de abrigo. Desde os primórdios da civilização o homem teve necessidade de se abrigar e os povos primitivos utilizavam como abrigo, isto é, como habitação, os espaços naturais: as cavernas e as árvores, tanto suas copas como os espaços protegidos sob estas copas”. (Abiko, 1995:3).

Indo mais para frente no tempo histórico, já no contexto urbano, as habitações continuaram a ter uma função de abrigo, porém acrescida da função econômica de propiciar a reprodução da força de trabalho. Isto significa que a habitação é o espaço ocupado pela população após e antes do enfrentamento de uma nova jornada de trabalho, desempenhando ali algumas tarefas primárias como alimentação, descanso, atividades fisiológicas, convívio social, além de, em determinadas situações, atividades de trabalho.

Deve-se ressaltar que “para a habitação cumpra as suas funções, é necessário que, além de conter um espaço confortável, seguro e salubre, esteja integrado de forma adequada ao entorno, ao ambiente que a cerca. Isto significa que o conceito de habitação não se restringe apenas à unidade habitacional, mas necessariamente deve ser considerado de forma mais abrangente envolvendo também o seu entorno”. (Abiko, 1995:3).

Quando se analisa a diferenciação sócio-espacial, observa-se que ela basicamente “constituiu-se em foco inicial pelo qual o homem procurou conhecer e avaliar a sua existência e a do outro, incluindo os territórios seus e de outros grupos sociais” (Correa, 2006:2).

Podendo ser explorada tanto na escala da rede urbana quanto na intra-urbana, vemos que nesta escala na qual se enquadra o presente estudo, corresponde à divisão econômica e à divisão social do espaço. A primeira pauta-se nos diferentes padres de uso do solo, delineadores de hierarquizações e de especializações de recortes espaciais do mosaico intra-urbano. A segunda, categoria privilegiada pela pesquisa, é traduzida “por um complexo e instável mosaico de áreas sociais, identificadas a partir da combinação de atributos indicadores de status sócio-econômico, infra-estrutura, características familiares, migrações e, onde for o caso,

etnia, língua e religião.” (Corrêa, 2006:6).

Portanto, é partir da aferição das necessidades sociais da população segundo o ponto de vista da demanda social por habitação, num contexto de divisão social do espaço intra-urbano determinada, em parte, pelo status de infra-estrutura intra-domiciliar e extra-domiciliar do mesmo, que se encontra, pois, a relação entre o estoque quantitativo e qualitativo desigual de moradias e infra-estrutura de habitação principalmente no meio urbano, e suas repercussões quanto à diferenciação sócio-espacial deste.

Primeiros resultados

O fenômeno da produção estatal de moradias

Inicia-se oficialmente com a criação da COHAB (Cooperativa de Habitação Popular - década de 60), simultaneamente ao empreendimento de programas de remoção da população residente em favelas de áreas nobres da metrópole para conjuntos habitacionais populares, situados na periferia distante da mesma. Seu público, neste momento, era a baixa renda (de 1 a 3 salários mínimos) favelada, principalmente.

Já na segunda metade da década de 70, o público principal da agora CEHAB-RJ (Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro) passa a ser a baixa renda não favelada, registrando-se, todavia, uma redução no número de unidades lançadas. A década de 80, por sua vez, ratifica, pois, a falência da solução dos grandes conjuntos habitacionais para a redução dos déficits habitacionais principalmente após a extinção do BNH (Banco Nacional de Habitação), principal financiador dos projetos da mesma.

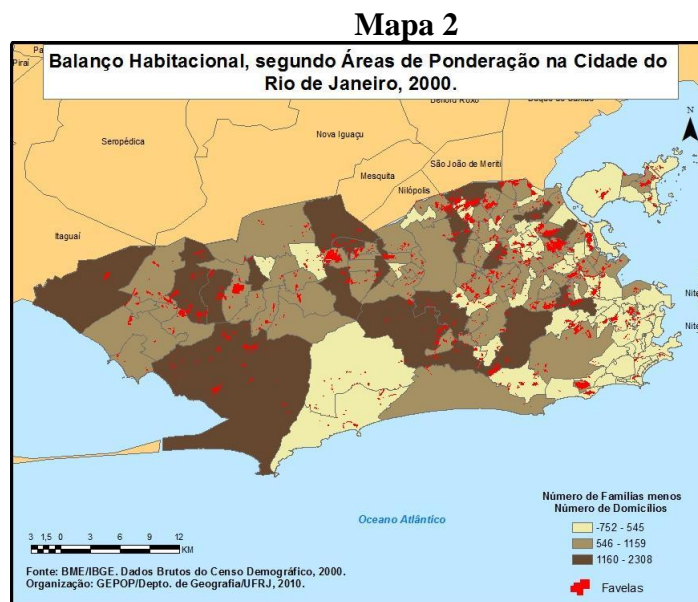
Do transcorrer da década de 90 até os dias atuais, houve uma atuação mais intensa do Poder Público municipal, tanto no provimento de infra-estrutura básica às habitações populares já existentes, quanto no estabelecimento de programas de financiamento voltados à disponibilização de moradia à classe média.

Dentro desse mesmo período, o Governo Estadual atuou com a construção do Conjunto Habitacional Nova Sepetiba, que até agora vem seguindo a tônica de outros conjuntos construídos no passado, como Cidade de Deus, onde apenas o “teto” é provido, ficando de fora o “conceito de moradia” (infra-estrutura urbana) e de inclusão sócio-espacial de seus moradores ao resto da cidade.

Balanco Habitacional

Segundo Alves (2004), a quantificao do déficit habitacional seria obtida facilmente pela subtrao (obteno de um balanço) entre o total de moradias (domicílios) e o total de famílias que desejam uma residência. Todavia, justamente as dificuldades de definio do que  realmente família e do que  realmente domicílio, com efeitos diretos sobre a necessidade efetiva de novas habitaes, além de no se levar em considerao a disposio qualitativa dos domicílios j existentes (improvisao, disponibilidade de infra- estrutura de habitao, etc.), no permitem que esse modelo esgote a estimao do déficit habitacional nos recortes espaciais em que  aplicado.

Todavia, o mesmo denuncia bem onde provavelmente se requiere mais moradias, visto que aponta a Ap 3, 5 e parte da 4 apresentando bairros com as maiores carencias de domicílios em relao ao número de famílias, com destaque para Santa Cruz, Paciencia, Jacarepagu e Brs de Pina com números acima de 1500 domicílios. Por outro lado a Ap 2 (principalmente, a Zona Sul) apresenta uma realidade bem diversa da apontada acima com patamares abaixo de 500 domicílios.



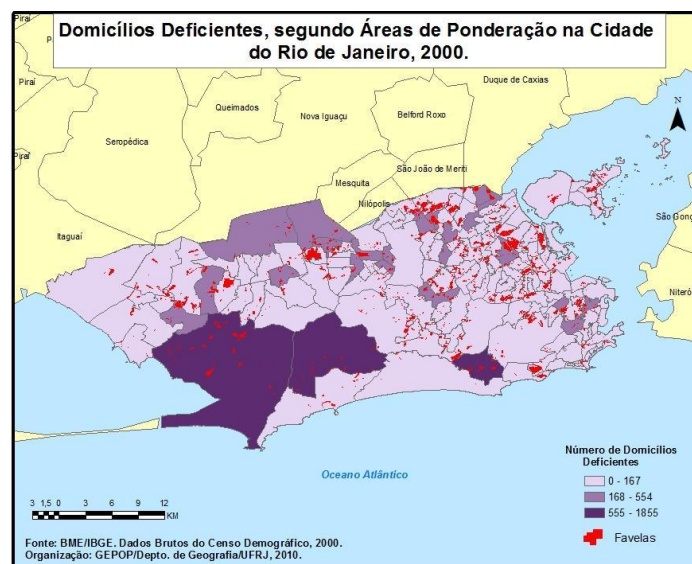
Déficit Por Moradia Deficiente, Conjunta e Precária

Concebido por Vasconcelos e Cândido Júnior (1996), apresenta três componentes para o cálculo do déficit habitacional: Domicílios Deficientes (domicílios particulares permanentes que não possuem canalização interna de água e de rede de esgoto); Moradias Conjuntas (habitação ocupada por mais de uma família); e, Domicílios Precários (domicílios particulares improvisados localizados em unidade não-residencial [loja, fábrica etc.] que não tinham dependências destinadas exclusivamente à moradia).

Apesar de ser mais completo que o anterior, possui também muitas limitações, sobretudo, quanto à moradia conjunta, onde a coabitação de famílias não necessariamente representa uma demanda por novos domicílios, além de não se incorporar o ônus excessivo com aluguel, as moradias em áreas de risco, entre outros quesitos, que podem tornar os números encontrados aqui sub ou superestimados.

Analisando o mapa 3, verifica-se que os maiores números de domicílios deficientes (acima de 500 ocorrências) localizam-se nas AP's relativas a bairros onde justamente ainda ocorrem “franjas rurais”, como Guaratiba, Vargem Grande, Itanhangá, Gericinó e adjacências.

Mapa 3

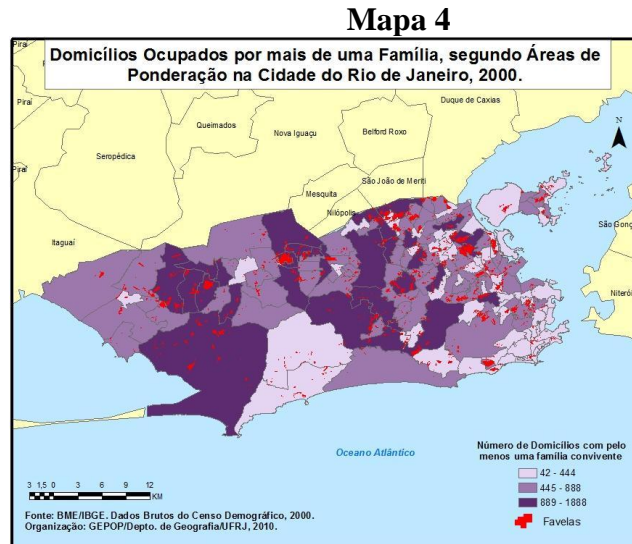


Atendo-se ao déficit por moradia conjunta, espacializado no mapa 4, observa-se que este segue o padrão exposto pelo balanço habitacional, onde a cidade segmenta-se

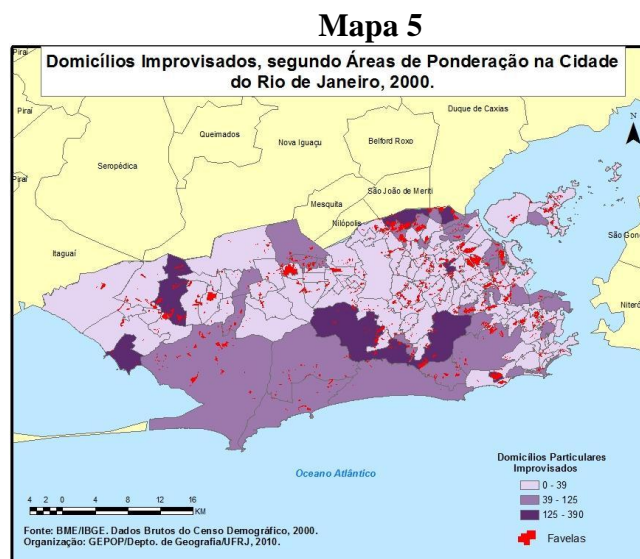
O déficit habitacional na metrópole do Rio de Janeiro: perfis e contextos

Luiz Antonio Chaves de Farias

em duas zonas bem definidas. Ap 3, Ap 5, Ap 4 (bairros da grande Jacarepaguá) apresentando grande coabitação familiar (acima de 900 domicílios em algumas AP's). Por sua vez, Ap 1 e Ap 2 apresentaram valores mais restritos (menos de 400 domicílios).



Ao se analisar o déficit por moradia precária, percebe-se que as maiores concentrações de domicílios improvisados localizam-se nas AP's com maior densidade de favelas e/ou que apresentam “franjas rurais”, como: Paciência, Pavuna, Vigário Geral, entre outros; com quantias acima de 100 domicílios.



Adequação dos Domicílios

Metodologia criada pelo IBGE para classificação de domicílios quanto à sua infra-estrutura de habitação, que mesmo não sendo específica para estimação do déficit habitacional, denuncia pistas no recorte espacial considerado onde se ressenete mais de reposição e incremento de moradias.

Apresenta praticamente as mesmas limitações para estimação de déficit habitacional do modelo anterior, tendo a vantagem, todavia, de se destituir dos problemas do cálculo da coabitação familiar, incorporando o quesito adensamento excessivo, que diminui a superestimação do déficit causada pela primeira, mas não a anula completamente, Oliveira (2007).

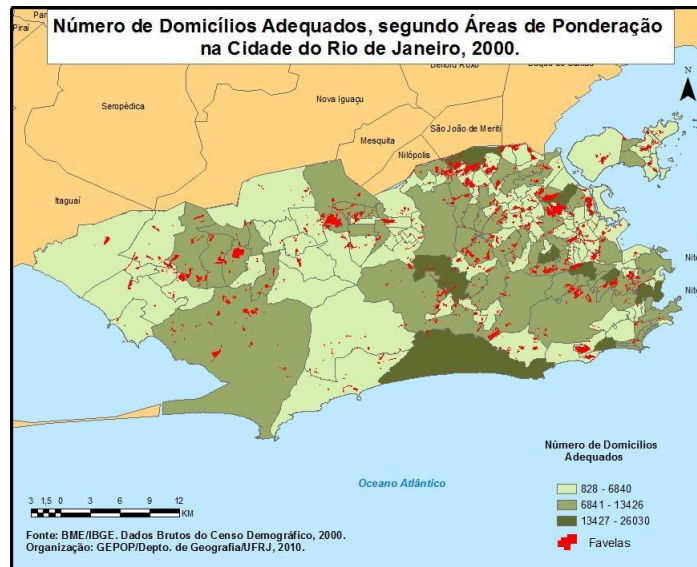
Assim, observam-se três classificações para os domicílios considerados, segundo presença ou não de infra-estrutura e adensamento excessivo: Domicílios Adequados (domicílios particulares permanentes com rede geral de abastecimento de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo por serviço de limpeza e até 2 moradores por dormitório); Domicílios Semi- adequados (domicílios particulares permanentes com pelo menos um serviço inadequado); e Domicílios Inadequados (domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado a fossa rudimentar, vala, rio, mar ou outra forma, e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório).

Com relação ao mapa 6, percebe-se num primeiro olhar uma realidade diferente da esperada para esse quesito, na medida que algumas AP's, presentes especialmente na Ap 3 (Pavuna, Olaria, etc.), notadamente densificadas em domicílios inadequados e favelas, apresentaram elevado número de domicílios adequados (mais de 13000 domicílios), enquanto que algumas da Ap 2 (São Conrado, Lagoa, etc.) não chegaram ao patamar de 6000 domicílios adequados.

Todavia, tal contexto espaço-habitacional muda quando desdobramos esses números absolutos, próprios da quantificação déficits habitacionais, em números relativos, no qual todos dos bairros da Ap 2, além de Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes apresentam mais de 70% dos domicílios em condições adequadas de

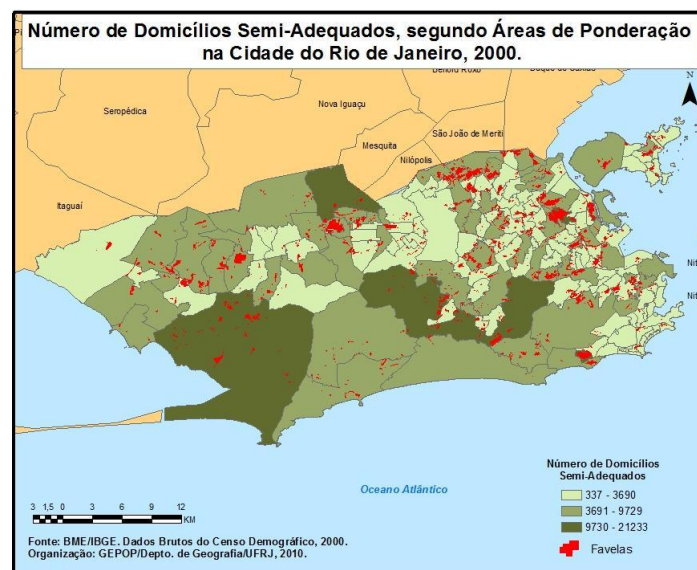
habitação, segundo a metodologia do IBGE.

Mapa 6

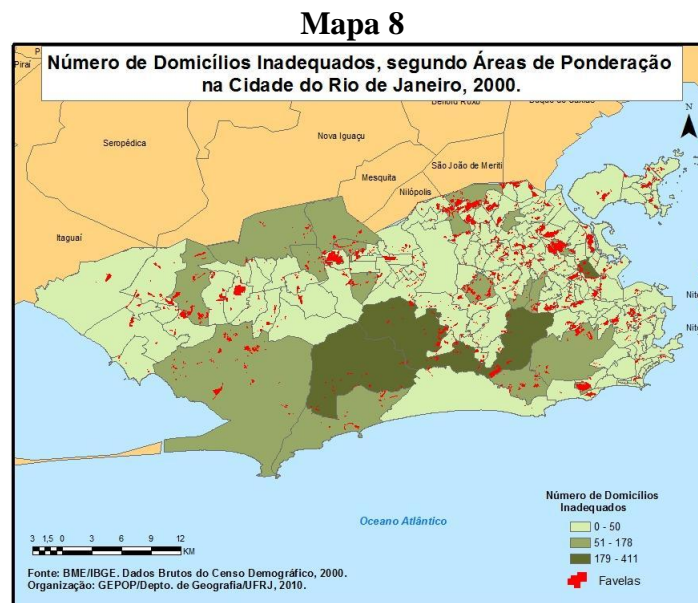


Para o Mapa 7, observa-se novamente um padrão difuso de concentração de domicílios semi-adequados, em virtude da espacialização da variável segundo números absolutos. Quando considerados números relativos, verifica-se, todavia, uma cidade bem diferenciada socioespacialmente, onde quase todos os bairros da Ap 5 e boa parte da Ap 3 apresentam pelo menos 45% de seus domicílios com um serviço inadequado.

Mapa 7



Atendo-se ao Mapa 8, pode ser visto um comportamento semelhante ao observado para os domicílios improvisados (Mapa 5), tendo em vista que as áreas onde se localizam as maiores “franjas rurais” e densidades de favelas (Vargem Grande, Jacarepaguá e etc.), prováveis repositórios de domicílios sem qualquer tipo de infra-estrutura e densamente ocupados, concentram entre 179 a 411 domicílios deste tipo.



Famílias Conviventes com Adensamento Excessivo no Domicílio

Segundo Oliveira (2007), se for retirado do déficit o número de famílias conviventes secundárias que vivem em domicílios com densidade inferior ou igual a 2 pessoas por dormitório, pois não há justificativa para caracterizar, *a priori*, esta situação como uma situação de necessidade de maior conforto, espaço ou, principalmente, de nova moradia -, a queda no déficit seria expressiva, pois cerca de 40% das famílias conviventes secundárias, ou 42.521 famílias, se enquadram nessa situação para o município do Rio de Janeiro. Portanto, poder-se-ia reduzir a provável sobre contagem aferida para o cálculo do Balanço Habitacional e do Déficit por Moradia Conjunta.

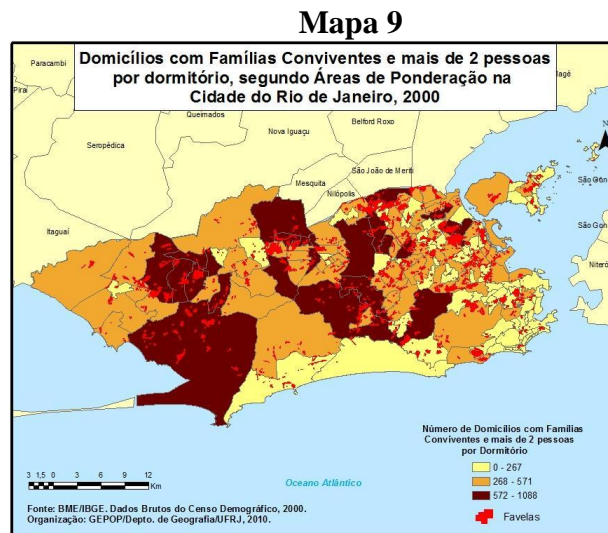
Notadamente, outros quesitos deveriam ser considerados para se ter uma estimativa mais justa, como: a metragem da área dos domicílios pelo número de moradores; total de rendimentos brutos familiar; entre outros, que seriam bastante

O déficit habitacional na metrópole do Rio de Janeiro: perfis e contextos

Luiz Antonio Chaves de Farias

pertinentes, mas que não podem ser calculados considerando-se a base de dados fornecida pelo Censo Demográfico 2000.

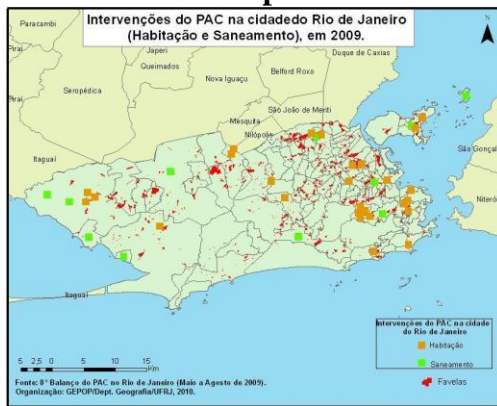
Observa-se, então, uma maior concentração de tal tipo de domicílios na Ap 5 (Cosmos, Inhoaíba, Paciência, etc.), Ap 3 (Olaria, Brás de Pina, etc.) e Ap 4 (Jacarepaguá, Cidade de Deus, etc), com números maiores que 500 domicílios.



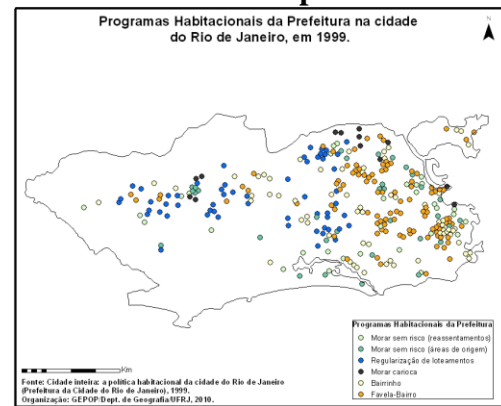
O poder público e seus programas habitacionais

Com relação à dispersão dos pontos de atuação do Poder Público na redução do problema da habitação e do acesso à infra-estrutura urbana básica na metrópole como um todo, vemos que tanto na esfera federal (Mapa 10) quanto na esfera municipal (Mapa 11), essa atuação, apesar de não estar ausente na Zona Oeste, concentra-se muito mais nas áreas centrais (Centro e Zona Sul), assim como na periferia imediata (Zona Norte) da cidade do Rio de Janeiro. Essa realidade pode ser considerada um contra-senso, levando-se em conta que, de acordo com os mapas anteriores, o setor oeste da cidade do Rio de Janeiro, a exceção de Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, apresenta estimativas de Déficit Habitacional, tanto no que tange à reposição ou ao incremento do estoque de domicílios, superiores a maior parte das outras áreas da cidade, as quais conforme se confirma nos dois mapas abaixo, são mais contempladas por políticas públicas de habitação do que a Zona Oeste.

Mapa 10



Mapa 11



Conclusão

Foram identificados dois recortes com características sócio-espaciais diferenciadas na cidade do Rio de Janeiro:

- **Zona abastada**, correspondente aos bairros oceânicos da Ap 4 (Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes) e Ap 2 (Zona Sul e Tijuca), congregando as menores deficiências no estoque quantitativo e qualitativo de moradias para os diferentes modelos de estimação de Déficit Habitacional considerados, retratando a alta qualidade de vida que seus habitantes desfrutam atualmente.
- **Zona periférica**, representada pelos bairros continentais da Baixada de Jacarepaguá, e por toda Ap 5 e Ap 3. Caracteriza-se por apresentar a maior defasagem de domicílios em relação ao número de famílias existentes, além do maior número de domicílios improvisados, semi-adequados e inadequados, mostrando a ocorrência de déficits no plano habitacional, tanto no que tange à reposição, quanto ao incremento de estoque de moradias.

Os modelos de Balanço Habitacional; de Déficit por Moradia Deficiente,

Conjunta, e Precária; de Adequação de Domicílios; e de Famílias Conviventes com adensamento excessivo no domicílio; a despeito de suas limitações metodológicas, evidenciaram a existência de uma cidade que ainda apresenta uma grande demanda social por habitação (**110665; 121312; 629426; e 58035; de domicílios, respectivamente, para cada modelo considerado**), todavia diferenciada de acordo com a zona da cidade considerada. Simultaneamente, notou-se que o Poder

Público, em suas diversas esferas, atuou no sentido de reduzir essa carência quantitativa e qualitativa de moradias, especialmente nas áreas onde tal demanda social foi maior (Zona Periférica). Todavia, deve-se salientar que o acanhamento e a efetividade dessas atuações são pontos a ainda se observar na busca de resultados concretos para a solução desse problema.

Referências Bibliográficas

ABIKO, A. K. *Introdução a Gestão Habitacional*. São Paulo, EPUSP, 1995. ABREU, Mauricio de Almeida.: *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. RJ. IPP,2006.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000*. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro IBGE. 2004 n. 10, 2004. (Textos para Discussão).

_____ ; CAVENAGHI, Suzana. M. Déficit Habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. In: *II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS*. Rio de Janeiro. IBGE, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo. Editora Ática. Série Princípios, 1989.

_____ 2006.: *Diferenciação Sócio-espacial. Escala e Práticas Espaciais. Texto para Discussão*. GEU-Grupo de Estudos Urbanos. Departamento de Geografia.UFRJ. (inédito).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO.: *Déficit habitacional no Brasil 2005. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro*; Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2000. *Banco Multidimensional de Dados Estatísticos*. IBGE:Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.bme.ibge.gov.br/index.jsp>. Acessado em: 20/12/2010.

MACEDO, Andréia Pereira de.: *Produção imobiliária e segregação na periferia do Rio de Janeiro :o bairro de Campo Grande*. 2002. 156 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de.: Notas sobre as estimativas do déficit habitacional no Brasil e no Rio de Janeiro. *C O L E Ç Ã O E S T U D O S C A R I O C A S*. Rio de Janeiro, n° 20070201, IPP, 2007. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2382_Notas%20sobre%20as%20estimativas%20do%20d%C3%A9ficit%20habitacional%20no%20Brasil%20e%20no%20Rio%20de%20Janeiro.pdf. Acessado em: 24/02/2011.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas.: Políticas públicas urbanas na Prefeitura do Rio de Janeiro. *C O L E Ç Ã O E S T U D O S C A R I O C A S*. Rio de Janeiro, n° 20081101, IPP, 2008. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2406_Pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20urbanas%20na%20Prefeitura%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf. Acessado em: 24/02/2011.

SOUZA, M. L. de 2000. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil.

VASCONCELOS, José R. CÂNDIDO JÚNIOR, José O. *O problema habitacional no Brasil: déficit, financiamento e perspectivas*. Brasília e Rio de Janeiro, Texto para discussão n° 410, Ipea, abril de 1996.